

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CNJ adota medidas para reduzir ações tributárias ..... 3

A GAZETA - MT - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A promessa do imposto único (Artigo) ..... 4

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quase 80% das famílias estão endividadas, mostra pesquisa ..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - CONCURSEIRO  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS confirma que provas do próximo concurso devem ser realizadas ainda este ano ..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - CONCURSEIRO  
SEGURIDADE SOCIAL

PLOA 2023: há expectativa de mais de 6,5 mil vagas para TREs, TRTs e TRFs ..... 8

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos ficarão fechados no feriado de 7 de setembro; veja como pagar contas ..... 9

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida do INSS será feita por cruzamento de dados em 2023 ..... 10

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Como pacientes com câncer podem obter isenção no IR ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Esplanada é bloqueada após caminhoneiros tentarem driblar segurança do 7 de Setembro  
..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro propõe corte de 95% para centros de cadastro do Auxílio Brasil ..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desafio de restaurar a economia britânica ..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Portugal cria auxílio de 125 e limita alta de passagem e aluguel ..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nova premiê britânica herda crise mais aguda entre potências do G-7 ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados falam em "profundo" problema com orçamento de 2023 ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

|   |    |
|---|----|
| Com desaceleração suave, XP sobe PIB para 2,8%.....                           | 26 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO<br>TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS         |    |
| Rejeição fulmina proposta de nova Constituição no Chile (Editorial).....      | 27 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO<br>TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS         |    |
| Mundo desglobalizado será inflacionário (Artigo).....                         | 28 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS<br>TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS        |    |
| Expectativas de inflação para 2024 e o juro.....                              | 29 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA<br>ECONOMIA                               |    |
| Como retomar o crescimento do PIB - RAUL VELLOSO.....                         | 30 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO<br>ECONOMIA                                |    |
| Nas mãos do eleitor, o destino da Amazônia e o futuro do Brasil (Artigo)..... | 32 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS<br>ECONOMIA                        |    |
| Endividamento atinge novo recorde.....  | 34 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA<br>ECONOMIA   |    |
| Portugal lança pacote de medidas para conter inflação.....                    | 35 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS<br>ECONOMIA                                   |    |
| BRB reforça parcerias após lucro no 2º tri.....                               | 36 |

# CNJ adota medidas para reduzir ações tributárias

*Joice Bacelo Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323)

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323)

# A promessa do imposto único (Artigo)



**Victor Humberto Maizman**

é advogado e consultor jurídico tributário, professor em direito tributário

## *Victor Humberto Maizman*

Como salientei nos artigos anteriores, a corrida eleitoral aguça a criatividade dos candidatos presidenciais, de forma que já começamos a ouvir, mais uma vez, a promessa do "imposto único".

O que falam nesta campanha presidencial nada mais é do que a simples unificação/ consolidação de alguns **tributos** existentes. Além de não alcançar a ambicionada unicidade tributária, os planos presidenciais de vários candidatos também diferem substancialmente do imposto único que poderia ser, em tese, viável.

O ex-secretário da **Receita Federal**, Everardo Maciel, no artigo "O equívoco da **reforma tributária**", publicado no jornal O Estado de S. Paulo em 5 de outubro de 2017, comenta a vocação brasileira para copiar padrões tributários adotados em países com condições diferentes das nossas.

De fato, necessário primeiro analisar que a nossa Constituição Federal adota o sistema federativo, quer dizer, há autonomia e competências delimitadas para cada ente federado, digo, para a União, Estados e os Municípios, ou seja, se há autonomia política e financeira para suas estruturas operacionais, há por certo uma dificuldade para que haja uma repartição do produto tributário arrecadado de forma equânime entre os respectivos entes.

Dessa forma, temos o exemplo do Simples Nacional, onde há na prática, a arrecadação única de **impostos** federais, estaduais e municipais.

Contudo, a arrecadação através deste sistema alcança apenas os micros e pequenos empreendimentos, hipótese que minimiza a possibilidade de conflito entre os entes federados.

Agora, se pensar na proposta de unificar os mesmos **impostos** para os demais contribuintes, aí sim esbarrará nos interesses de cada um dos entes no sentido de manter o poder de arrecadar e aplicar os referidos recursos de forma autônoma, sem qualquer influência de um poder central.

Então modelos tributários adotados em países que não têm o mesmo sistema federado do que o nosso, não podem servir de parâmetro para a pretensão de se instituir um imposto único.

Aliás, ouço de forma recorrente que temos que adotar um sistema tal qual a Suécia ou o Canadá!

Realidades totalmente distintas, não apenas em razão do sistema de Estado adotado, como também decorrente de questões sociais e econômicas.

A realidade é que temos sim que encontrar uma forma no sentido de contemplar uma arrecadação tributária razoável, indo muito além de propostas efetivadas em palanques eleitorais.



**Vários  
candidatos  
diferem do  
imposto único  
que poderia  
ser, em tese,  
viável**

# Quase 80% das famílias estão endividadas, mostra pesquisa

O número de famílias endividadas chegou a 79% do total de lares no país, em agosto, segundo informações da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O aumento no número de devedores foi de 1 ponto percentual em relação a julho. Em um ano, o avanço foi de 6,1 pontos.

A pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da CNC, considera dívidas a vencer no cheque pré-data-do, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa.

Ainda de acordo com o levantamento, para as famílias com rendimentos de até dez salários mínimos, a alta da contratação de dívidas foi mais expressiva do que entre as famílias de maior renda - de 1,1 ponto percentual e 0,9 ponto, respectivamente.

Receitei: 112 mil podem renegociar

Estão abertas as renegociações de dívidas com a **Receita Federal**. Desde a última quinta-feira, 112 mil contribuintes podem renegociar mais de R\$ 1 trilhão em dívidas administradas pelo Fisco. Os débitos poderão ser quitados com descontos e em até 145 parcelas, a depender do caso. A renegociação é prevista na modalidade chamada transação tributária, que é realizada mediante edital previamente publicado ou

O cartão de crédito e o carnê de loja estão entre os vilões

O número de pessoas que atrasaram o pagamento de contas de consumo ou de dívidas também cresceu, alcançando 29,6% do total de famílias no país. A segunda alta consecutiva levou o indicador ao maior percentual da série histórica, iniciada em 2010.

por propostas individuais feitas pelo devedor ou pela própria **Receita Federal**. O prazo vai até 30 de novembro.

Também entrou em vigor a transação individual proposta pelo contribuinte, modalidade que já constava em portaria publicada em 12 de agosto. De acordo com a Receita, 100 mil contribuintes poderão renegociar dívidas de pequeno valor (até 60 salários

mínimos), que somam R\$ 1,8 bilhão. É a

Segundo dados da pesquisa, a proporção de famílias com atraso em contas ou dívidas avançou 0,6 ponto percentual no mês e 4 pontos em um ano. Do total de inadimplentes, 10,8% afirmaram que não terão condições de pagar contas já atrasadas, permanecendo na inadimplência. O levantamento destaca ainda que as dívidas em camês e cartões de lojas do varejo crescem desde maio e já atingem 19,4% das famílias. Um aumento de meio ponto percentual em relação a julho e de 1,2 ponto percentual na comparação com agosto de 2021.

Segundo informações da CNC, a procura pelo crédito direto no varejo pelas famílias de menor renda explica a alta do indicador, já que os juros mais altos do cartão de crédito não cabem. Nos últimos quatro meses, o endividamento nos carnês subiu 1,8 ponto percentual dentro desse público, alcançando 19,8%. O endividamento entre os homens supera o das mulheres: 19,5%, contra 18,8%, respectivamente, i

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# INSS confirma que provas do próximo concurso devem ser realizadas ainda este ano

*raphaelapeixoto*

O Instituto Nacional do Seguro Social já está com banca organizadora definida, o Cebraspe. A definição tour-se publica na última sexta-feira (2/8) . Ao ser questionado pelo Papo de Concurseiro, o o órgão afirmou que mesmo não tendo outras informações sobre o certame "Seguimos com a previsão de que as provas sejam realizadas ainda este ano".

O concurso do **INSS**, foi autorizado em 13 de junho . O órgão tem aval para o provimento de 1.000 oportunidades nas carreiras de técnico do Seguro Social do quadro de pessoal do Instituto.

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência , o salário inicial do cargo é de R\$ 6,5 mil. O provimento das vagas ofertadas pelo próximo concurso público da autarquia está previsto para janeiro de 2023.

O professor de direito previdenciário do Gran Cursos Online, Fernando Maciel, afirma que a expectativa é de esse concurso seja muito concorrido, com mais de um milhão de inscritos. "O último concurso, que teve menos de mil vagas, já tivemos esse quantitativo, então esse certamente vai se aproximar e quem sabe superar dois milhões de inscritos", afirma Maciel.

Como atrativos, o professor cita a alta remuneração. "Esse é um concurso que exige escolaridade nível médio para cargo de técnico do seguro social e que tem remuneração que inicia em cinco mil e quatrocentos reais podendo chegar no final da carreira em mais de oito mil reais".

Além disso, são destaque a estabilidade no emprego e financeira que servidor público possui, além de uma possibilidade de chamar um quantitativo maior do que autorizado posteriormente, visto o déficit do quadro de pessoal e a grande demanda.

O Diretor de Gestão de Pessoas do **INSS**, Jobson de Paiva, afirmou que o concurso autorizado para o órgão será de nível médio, mesmo com as movimentações que visam a mudança do nível de escolaridade. "O que há e como está colocado na Lei, é um cargo de nível médio. Então, tudo indica que não haveria tempo suficiente para alteração legislativa, por exemplo, e que continuará sendo um cargo, por ora, de nível médio", afirmou Paiva. A informação foi dada durante

entrevista ao canal do professor Deodato Neto.

Durante a entrevista, o diretor também comentou sobre as provas e a convocação dos aprovados. Segundo ele, há uma possibilidade do certame ser composto por redação. Em relação às disciplinas o diretor ressaltou que a autarquia daria um enfoque na matéria Direito Previdenciário. Ele também revelou que terá curso de formação pela primeira vez "Nosso ministro quer mais qualificação nessa entrada, então sim, esse vai ser o primeiro concurso de técnico do **INSS** com curso de formação".

\*Estagiária sob supervisão de Mariana Fernandes

**Site:**

<https://blogs.correiobraziliense.com.br/papodeconcurseiro/inss-confirma-que-provas-do-proximo-concurso-devem-ser-realizadas-ainda-este-ano/>

# PLOA 2023: há expectativa de mais de 6,5 mil vagas para TREs, TRTs e TRFs

**raphaelapeixoto**

A proposta do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 foi apresentada na última quarta-feira (31/8). O governo anunciou que pretende criar cerca de quase 50 mil vagas destinadas ao serviço público. No caso do Poder Legislativo o documento prevê 6.552 vagas, sendo .

As vagas são distribuídas desta forma:

Leia mais: Concurso TSE Unificado: confira os TRE's que confirmam a participação no certame

TRE-DF não participará do concurso unificado do TSE

Concursos em Tribunais! Confira lista com as principais oportunidades abertas e previstas

Na última quarta-feira (31/8), o secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnagom apresentou para o Congresso Federal a peça orçamentária 2023. Segundo a Agência Senado "O PLOA 2023 começa sua tramitação no Congresso Nacional pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Depois de discutida e aprovada na comissão, a proposta precisa ser referendada pelo Congresso".

O anexo V do PLOA prevê 55.189 vagas, sendo 3.427 para criação distribuídas nos três poderes. Veja a distribuição de vagas para criação e provimento previstas:

Legislativo

Judiciário

MPU

DPU

O texto propõe a criação de 31 vagas para criação e 57 para provimento.

Executivo

Leia também: **INSS** define banca organizadora do próximo concurso com 1.000 vagas

Procuradoria-Geral de Santa Catarina vai abrir novo concurso público

CGE-SC define banca organizadora de próximo concurso para auditor

TRT-GO dá detalhes sobre o próximo concurso público

\*Estagiária sob supervisão de Mariana Fernandes

**Site:**

<https://blogs.correiobraziliense.com.br/papodeconcursei-ro/ploa-2023-ha-expectativa-de-mais-de-65-mil-vagas-para-tres-trts-e-trfs/>



# Bancos ficarão fechados no feriado de 7 de setembro; veja como pagar contas

**Cristiane Gercina**

As agências bancárias de todo o país ficarão fechadas nesta quarta-feira, feriado de 7 de setembro, quando se celebra os 200 anos da Independência. O atendimento bancário voltará ao normal na quinta-feira (8) em todos os locais que não tiverem feriados municipais também neste dia, segundo informações da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

O fechamento das agências segue resolução de 2020 do CMN (Conselho Monetário Nacional), que não considera feriados como dias úteis para atendimento. Os caixas eletrônicos, porém, estarão disponíveis durante todo o dia, assim como o atendimento remoto, por computador ou celular.

Contas de consumo como água, luz e telefone, entre outras, poderão ser pagas no dia útil seguinte, sem nenhuma cobrança adicional. A mesma regra vale para os carnês de pagamento.

A dica, porém, é conferir a data de vencimento no boleto. Segundo Walter Tadeu de Faria, diretor-adjunto de serviços da Febraban, em geral, os documentos costumam vir com datas ajustadas conforme o calendário de feriados nacionais.

No caso do pagamento de **impostos**, em geral, o contribuinte precisa adiantar a quitação, conforme o calendário de vencimentos. Para demais títulos, se a data de vencimento cair quando não há expediente bancário, a orientação é tentar antecipar o pagamento ou fazer a quitação do débito por meios remotos, como celular, computador, telefone ou caixa eletrônico.

Os boletos bancários que já estiveram cadastrados no débito automático serão pagos normalmente, como ocorre a cada mês.

As regras de pagamentos de contas valem para qualquer título, incluindo prestação da casa própria, aluguel, condomínio e TV a cabo, por exemplo.

O calendário de pagamento dos benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) será interrompido neste 7 de setembro. Os depósitos voltam ao normal na quinta-feira (8), quando serão pagos os benefícios referentes ao mês de agosto para segurados que recebem um salário mínimo (R\$ 1.212) e têm número

final de cartão zero.

Aposentados e pensionistas que recebem valores maiores que o mínimo até o teto previdenciário de R\$ 7.087,22 neste ano e têm número de benefício com finais cinco e zero, descartando o dígito verificador, também receberão no dia 8.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/bancos-ficaram-fechados-no-feriado-de-7-de-setembro-veja-como-pagar-contas.shtml>

# Prova de vida do INSS será feita por cruzamento de dados em 2023

**Economia**

/  
**Do R7**

O cruzamento de dados para a prova de vida do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), anunciado em fevereiro deste ano, só entrará em vigor em 2023. Os 36 milhões de aposentados, pensionistas e outros beneficiários não precisam mais ir às agências bancárias para realizar o procedimento.

Quando as novas regras foram anunciadas pelo governo federal, em fevereiro deste ano, a obrigatoriedade foi suspensa. Com isso, os segurados que não fizeram o procedimento não terão o benefício bloqueado.

A partir de 2023, a prova de vida será feita pelo próprio **INSS**, por meio de cruzamento de informações, para confirmar que o titular do benefício realizou algum ato registrado em bases de dados próprias da autarquia ou mantidas e administradas pelos órgãos públicos federais.

Poderão ser utilizados como prova de vida registros de vacinação, consultas no SUS (Sistemas Único de Saúde), comprovantes de votação nas eleições, emissão de passaportes, carteiras de identidade ou de motorista, entre outros.

Somente quando não for possível essa comprovação, o beneficiário será notificado sobre a necessidade de realização da prova de vida, preferencialmente, por meio eletrônico. A responsabilidade de fazer a prova de vida passará a ser do **INSS**.

Até o fim de 2022, o bloqueio de pagamento por falta da comprovação de vida está suspenso. Porém, os canais tradicionais para realizar o procedimento continuam disponíveis. Se o segurado desejar, poderá, de forma voluntária, realizar a prova de vida na rede bancária ou pelo Meu **INSS**.

A renovação de senhas e prova de vida acontecia anualmente nas instituições financeiras pagadoras de benefícios. O procedimento era presencial com apresentação de documento de identificação com foto

a um funcionário ou feito por biometria nos terminais de autoatendimento.

Desde 2020, os segurados também já podem fazer a prova de vida por biometria facial. O procedimento é feito por reconhecimento facial, com o uso da câmera do celular do cidadão, pelo aplicativo Meu **INSS**. O serviço está ativo e pode ser acessado a qualquer momento.

1) Qual a principal mudança para o segurado do **INSS**?

A nova norma não exige mais comprovação presencial de vida aos aposentados e pensionistas, quando implicar o deslocamento dos beneficiários a unidades do **INSS** ou à instituição financeira pagadora do benefício. Antes, a prova de vida era realizada presencialmente pelos segurados nos bancos onde eles recebem o benefício, e cada instituição podia definir o modelo de convocação.

2) Como será feita a prova de vida?

O **INSS** fará um cruzamento de informações para confirmar que o titular do benefício, nos dez meses posteriores ao seu último aniversário, realizou algum ato registrado em bases de dados próprias da autarquia ou mantidas e administradas pelos órgãos públicos federais.

3) Quando não for possível essa nova comprovação?

Somente quando não for possível essa comprovação de vida, o beneficiário será notificado, no mês anterior ao de seu aniversário, sobre a necessidade de realização da prova de vida, preferencialmente por meio eletrônico.

4) Quando houver necessidade do procedimento presencial?

Quando houver a necessidade de realizar a prova de vida de maneira presencial, o **INSS** deverá oferecer ao beneficiário (independentemente da sua idade) meios para que a prova de vida seja realizada sem a necessidade de deslocamento da própria residência, utilizando, para tanto, seus servidores ou entidades conveniadas e parceiras, bem como as instituições financeiras pagadoras dos benefícios. Os detalhes

serão definidos em ato do presidente do instituto.

5) Quais as bases de dados que serão utilizadas?

Poderão ser utilizados, por exemplo, os registros de vacinação, de consultas no Sistema Único de Saúde (SUS), aquisição ou renovação de empréstimo consignado, votação nas eleições, emissão de passaporte, carteira de identidade ou carteira de motorista, entre outros.

6) Haverá bloqueio de benefício?

O instituto tem até o dia 31 de dezembro deste ano para implementar as mudanças necessárias ao cumprimento do previsto na portaria. Até essa data, o bloqueio de pagamento por falta da comprovação de vida fica suspenso.

7) O segurado que quiser poderá fazer a prova de vida?

Os segurados da **Previdência Social** continuam podendo realizar, voluntariamente, a comprovação de vida na rede pagadora de benefícios, como de costume. A portaria não configura possibilidade de recusa de realização do procedimento pela instituição financeira.

**Site:** <http://noticias.r7.com/economia/prova-de-vida-do-inss-sera-feita-por-cruzamento-de-dados-em-2023-06092022>

# Como pacientes com câncer podem obter isenção no IR

Há anos, o câncer permanece na lista das principais causas de morte ao redor do mundo. Dentre todos os tipos, mais de 60% dos casos se concentram nos 10 mais frequentes, sendo responsáveis também por 70% de todas as mortes, segundo dados da Agência Internacional para Pesquisa em Câncer.

Em meio a tratamentos longos e exaustivos, a isenção do Imposto de Renda aos pacientes com este diagnóstico é um benefício concedido visando prestar o máximo de apoio possível àqueles que enfrentam esta doença. Mas, são poucos os que ainda sabem como solicitar esta garantia ou, ainda, que a conseguem de forma fácil e sem empecilhos burocráticos.

Como regra geral, a legislação é clara ao determinar que, independentemente do tumor, aposentados, pensionistas e militares reformados que forem diagnosticados com algum tipo de câncer possuem o direito de solicitarem a isenção do IR, mediante apresentação de laudo médico completo sobre seu estado.

Obrigatoriamente, o documento tem de ser preenchido por um médico pertencente à rede de saúde pública e deve conter:

Caso o paciente ainda esteja em vigência de tratamento, é necessário também incluir a previsão de seu término.

Para facilitar sua aquisição, estes laudos costumam ser descritos em uma linguagem mais acessível para aqueles responsáveis por sua análise - principalmente, levando em consideração a alta probabilidade de o perito não ser um especialista naquele determinado câncer. Assim, quanto mais descritivas e acessíveis forem as informações prestadas, mais claro será o entendimento sobre o requerimento e a chance de ser aprovado. Um processo aparentemente simples, mas que ainda enfrenta certos empecilhos e entraves.

O modelo de laudo que deve ser utilizado neste preenchimento é disponibilizado pela **Receita Federal**, independentemente do tipo de câncer diagnosticado - mas, são poucos os que conhecem essa informação, e podem acabar sofrendo entraves do **INSS** caso entreguem uma versão que não seja a oficial.

Ainda, muitos pacientes já curados da doença podem ter seus pedidos negados, mesmo sendo uma negativa ilegal dada a clareza legislativa de que uma vez diagnosticado com câncer, o direito à isenção do IR é certa - independentemente se já foi curado ou não.

Evitando a recusa destes pedidos, um dos maiores cuidados a serem tomados é, justamente, informando a data correta do diagnóstico. Aqui, é importante ressaltar que este dia deve corresponder ao resultado da biópsia que confirmou a existência de um tumor maligno, uma vez que é somente a partir desse achado que se define o diagnóstico preciso do paciente e que é estabelecido um planejamento terapêutico.

Nos casos de cânceres recorrentes, o relatório deve ser atualizado conforme o contexto em que o paciente se encontra e especificar as condutas médicas que serão implementadas.

Muitos pacientes confundem o diagnóstico que é obtido através da biópsia (laudo anatomopatológico ou histopatológico) com o de outros exames, como os de imagem (tomografias ou ressonâncias magnéticas, por exemplo). Por serem fundamentais para a avaliação da extensão da doença e escolha do tratamento, os achados obtidos pelos exames de imagem devem constar no laudo médico, porém na grande maioria dos casos não substituem o laudo anatomopatológico fornecido pela biópsia.

Assim, esse resultado deve ser sempre bem guardado pelo paciente, já que, muito provavelmente, também será solicitado pelo **INSS** como documento obrigatório na análise da concessão da isenção. Cabe destacar que a isenção não se restringe a aposentadorias do **INSS**, mas também a aposentadorias complementares, privadas e do servidor público.

No geral, todos os tipos de tumores malignos, por si só, são suficientes para garantir este direito. Entretanto, diante dos procedimentos burocráticos exigidos pelos órgãos reguladores, o paciente pode optar pela contratação de escritórios especializados no ramo para a condução deste processo.

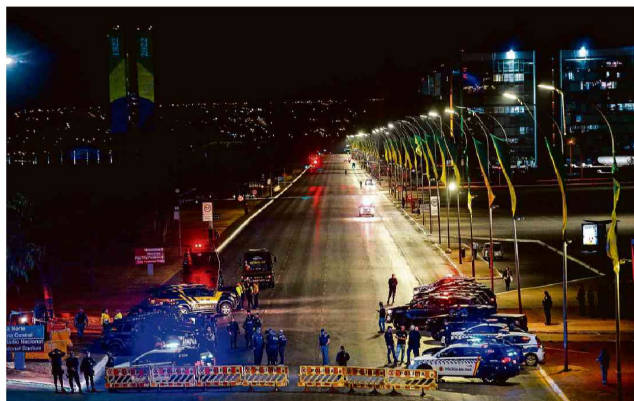
O auxílio de profissionais com expertise na área, quando é possível, facilita não só a obtenção do direito

de isenção do IR, como também permite que aqueles que lutam contra a doença possam concentrar seus esforços exclusivamente em sua saúde.

(\*) André Paternò Castello é oncologista do Hospital Israelita Albert Einstein; Bruno Farias é sócio da Restituição IR, empresa especializada em restituição de imposto de renda.

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/como-pacientes-com-cancer-podem-obter-isencao-no-ir,f3e3d2e2ad1a3ba7a27bcf44d19a6a0bcj977fo3.html>**

# Esplanada é bloqueada após caminhoneiros tentarem driblar segurança do 7 de Setembro



Esplanada dos Ministérios é fechada com blocos de concreto já na noite de segunda (5) para atos do 7 de Setembro, em Brasília. gabriel84/Instagram

## CF e João Gabriel

A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal bloqueou a Esplanada dos Ministérios na noite desta segunda-feira (5) após detectar tentativa de acesso de caminhoneiros ao local.

De acordo com pessoas envolvidas na segurança do 7 de Setembro, mais de dez caminhões tentaram driblar as proibições e ingressar na área proibida para esse tipo de veículo.

A restrição de acesso estava prevista para começar à meia-noite desta terça (6). O trânsito de caminhões estava proibido desde sábado (3).

O secretário de Segurança Pública do DF, Júlio Danilo, disse à Folha que decidiu pelo bloqueio preventivo por razões de segurança.

"[O trânsito] foi desviado assim que foi detectado que a concentração de caminhões estava chegando", afirmou.

Em nota, a pasta informou que os caminhoneiros foram orientados da impossibilidade de acessar a Esplanada. "O grupo seguiu, de forma pacífica, sentido Eixo Sul", conclui.

Os caminhões passaram pelo Eixo Monumental em direção à Esplanada dos Ministério por volta de 20h. Os motoristas buzonavam e acenavam.

Com o bloqueio, o comboio de apoiadores de Bolsonaro seguiu para o Pavilhão de Exposições do Parque da Cida de, um dos quatro pontos da cidade

onde há a previsão de que os viajantes se reúnam. Também integraram o grupo carros e motos.

No local acontece uma exposição de veículos antigos chamada Caravana da Integração Nacional. O evento começou no último dia 3 e tem término previsto para o dia 7.

Lá, os presentes organizaram um churrasco, tiraram fotos com os policiais e cantaram jingles de Bolsonaro. Os mais de 30 veículos estacionados no espaço tinham placas de cidades como Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, além de Brasília.

O bloqueio do trânsito não deve afetar os **servidores públicos**, que terão ponto facultativo a partir desta terça.

Em nota, a Polícia Militar do Distrito Federal disse que as vias só serão liberadas para o trânsito de veículos "após a finalização dos atos previstos, de forma que seja garantida a segurança de todos".

O veto à entrada dos veículos na Esplanada era uma das prioridades da segurança do STF (Supremo Tribunal Federal) para o 7 de Setembro.

No ano passado, caminhoneiros romperam as barreiras de segurança na véspera do Dia da Independência e pressionaram para invadir o prédio do Supremo.

À época, o presidente do STF, Luiz Fux, telefonou para diversas autoridades ligadas à segurança do 7 de Setembro para garantir que teria apoio contra a investida dos caminhoneiros contra o tribunal.

Fux conversou com o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), o então comandante militar do Planalto, general Rui Yutaka Matsuda, e o secretário Júlio Danilo.

A decisão foi não forçar a retirada dos veículos e encontrar uma saída negociada com as lideranças dos atos. Os caminhoneiros deixaram o local na madrugada do dia 9 de setembro.

Para as manifestações previstas para este ano, a segurança envolverá um número ainda maior de servidores da Secretaria de Segurança Pública, além

de militares.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>**

**26**

# Bolsonaro propõe corte de 95% para centros de cadastro do Auxílio Brasil



Abaix de Jesus Santana dos Santos, 68, com a filha Jucelia, 48, e a neta Joyce; família recebe o Auxílio Brasil Arquivo/Agência - 14.jul.22 / FolhaPress

**Thiago Resende Idiana Tomazelli**

Porta de entrada para benefícios sociais como o Auxílio Brasil, a rede de atendimento à população vulnerável nos municípios pode sofrer um apagão em 2023 diante de um corte de 95% das verbas de manutenção proposto pelo governo Jair Bolsonaro (PL) no projeto de Orçamento para 2023.

O Sistema Único de Assistência Social (Suas), que inclui os centros de atendimento que fazem a gestão do Cadastro Único, deve receber uma verba de R\$ 48,3 milhões em 2023.

O valor é menor que os R\$ 967,3 milhões indicados na proposta inicial para 2022, que foram aumentados depois pelo Congresso Nacional e pelo próprio governo durante a execução do Orçamento. Mesmo com as modificações, os valores têm se mostrado insuficientes para o funcionamento pleno dos centros de assistência.

Procurado desde quinta-feira (1º), o Ministério da Cidadania não informou como pretende conseguir elevar a verba para o Suas. A pasta tampouco respondeu aos questionamentos da Folha sobre os cortes, que foram abrangentes e afetaram também outros programas sociais e esportivos, e nem sobre o impacto no Auxílio Brasil.

Ao longo do ano de 2022, a demora para conseguir atendimento nas unidades do Cras (Centro de Referência de Assistência Social) e Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) -que integram o Suas- gerou um represamento nos pedidos do Auxílio Brasil.

A chamada "fila da fila" é formada por brasileiros que preenchem os critérios para receber o benefício, mas não conseguem se registrar ou mesmo atualizar o cadastro no CadÚnico.

O cidadão pode fazer uma pré-inscrição pelo site ou aplicativo, mas precisa confirmar os dados presencialmente em um dos centros. Só depois dessa etapa é que eles entram formalmente na fila para receber a ajuda do governo.

Em diversas cidades do país, imagens de cidadãos dormindo em frente às unidades do Cras para conseguir atendimento ficaram mais comuns. Em uma madrugada de agosto, uma mulher de 44 anos faleceu enquanto aguardava atendimento no Distrito Federal.

Especialistas em políticas públicas de combate à pobreza dizem que, com o Orçamento proposto por Bolsonaro, esses centros de atendimento correm risco de serem fechados em 2023.

Esses centros são como um braço do Ministério da Cidadania, pois operam o Auxílio Brasil, nos municípios. O custo de funcionamento deles é compartilhado entre o governo federal e as prefeituras.

Parte dos recursos do sistema de assistência social também pode ser usado para bancar salários de **servidores públicos** que trabalham no atendimento da população de baixa renda.

Na ação de Proteção Social Básica, que abastece os Cras, há na proposta de Orçamento de 2023 uma previsão de R\$ 31,9 milhões para atender a 5.530 unidades -uma média de R\$ 5,8 mil para cada centro usar no ano inteiro.

Já na ação de Proteção Social Especial, que financia os Creas, foram reservados R\$ 16,4 milhões, ou R\$ 5,8 mil médios para as 2.824 unidades com esse tipo de atendimento.

Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e principal referência do PT na área social, afirma que a verba reservada no Orçamento enviado por Bolsonaro declara o fim do sistema de assistência social.

"O orçamento previsto é a extinção do Suas, uma



lápide em que vai estar escrito: "Aqui jaz o sistema único de assistência social", disse a ex-ministra.

O CadÚnico não serve apenas para mapear quem necessita do Auxílio Brasil. O cadastro é usado como porta de acesso a outros programas sociais, como a tarifa social da conta de luz. Hoje, há 35 milhões de famílias de baixa renda no Brasil. No início do mandato de Bolsonaro, eram 27,3 milhões.

Além de deixar a rede de assistência sem recursos para prestar atendimento, o governo também encaminhou a proposta de Orçamento com uma verba insuficiente para manter o benefício mínimo de R\$ 600 do Auxílio Brasil -apesar de essa ser uma promessa eleitoral de Bolsonaro.

Foram reservados R\$ 105,7 bilhões para o programa de transferência de renda, o suficiente apenas para bancar um benefício médio de R\$ 405,21 a 21,6 milhões de famílias, segundo o Ministério da Economia.

O projeto de Orçamento de 2023 foi apresentado no dia 31 de agosto e ainda será debatido pelo Congresso, que pode alterar a proposta.

Outras ações e projetos do Ministério da Cidadania sofreram cortes na previsão de Orçamento de 2023.

A pasta recebeu para 2023 uma previsão de R\$ 4,8 bilhões em gastos discricionários, que bancam despesas de manutenção, compra de materiais e investimentos. No entanto, R\$ 1,38 bilhão são emendas de relator (usadas como moeda de troca em negociações com o Congresso e que podem ter a destinação modificada pelos parlamentares), e outros R\$ 2,2 bilhões vão financiar o programa Auxílio Gás.

Descontando esses valores, a Cidadania vai efetivamente controlar R\$ 1,1 bilhão -uma queda de 55,6% em relação à proposta inicial para 2022.

Ações sociais lançadas ou reformuladas sob a gestão Bolsonaro, como o programa de aquisição de alimentos e o chamado Inclusão Produtiva Rural, também ficaram com verbas quase zeradas.

Na ação voltada à aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar, a reserva inicial de recursos caiu de R\$ 101,7 milhões na proposta de 2022 para R\$ 2,7 milhões (queda de 97,4%) no projeto de 2023.

O programa também usa a rede dos Cras para selecionar os beneficiários. A distribuição gratuita dos alimentos é voltada às pessoas que não têm acesso a comida adequada e saudável e àquelas atendidas pela

rede de assistência social.

Já o Inclusão Produtiva Rural recebeu uma previsão de R\$ 1,3 milhão, o suficiente para atender a 527 famílias. A iniciativa paga um auxílio de R\$ 200 mensais a beneficiários do Auxílio Brasil que vivem em zona rural, com o objetivo de incentivá-los a "investir em produção rural própria".

O valor, porém, é insuficiente para atender ao público-alvo do programa -660 mil famílias de agricultores que recebem o Auxílio Brasil, segundo o próprio Ministério da Cidadania. A cifra também é menor que os R\$ 25,3 milhões reservados inicialmente em 2022.

O programa Criança Feliz, bandeira da ex-primeira dama Marcela **Temer** e que chegou a ser abraçado pela atual primeira-dama, Michelle Bolsonaro, também sofreu um corte significativo, de 50%. Os recursos caíram de R\$ 451 milhões na proposta de Orçamento de 2022 para R\$ 225,5 milhões na programação para o próximo ano.

O Criança Feliz é voltado a famílias com crianças de até três anos beneficiárias do Auxílio Brasil (sucessor do Bolsa Família) ou de até seis anos beneficiárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, ou que se enquadrem em outras situações de amparo social). As famílias recebem visitas técnicas para acompanhamento médico, pedagógico e psicológico.

No primeiro ano de governo Bolsonaro, Michelle foi a alguns eventos do programa com o então ministro da Cidadania Osmar Terra, mas desde então a pasta tem dado menos enfoque às ações do Criança Feliz.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50026>

## Cortes na assistência social

Ministério da Cidadania tem redução nos recursos para manutenção de suas atividades em 2023

Previsão de recursos para custeio e investimentos

Valor, em R\$ bilhões



↓ 55,56%

é o tamanho do corte no total de despesas de custeio e investimentos do Ministério da Cidadania

### Cortes nas ações

| Ação   | Valor na proposta, em R\$ milhares |           | Variação de verbas previstas em 2023 ante 2022, em % |
|--|------------------------------------|-----------|--|
|  | 2022                               | 2023      |  |
| Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar  | 101.677,8                          | 2.660,6   | -97,4  |
| Estruturação da Rede de Serviços do SUAS (Sistema Único de Assistência Social)                           | 1.720                              | 50        | -97,1  |
| Apoio à Implantação de Infraestrutura Esportiva de Alto Rendimento                                       | 16.340                             | 530,3     | -96,8  |
| Implantação de Equipamentos e de Tecnologia Social de Acesso à Água                                      | 61.242                             | 2.283,3   | -96,3  |
| Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer     | 44.090,5                           | 1.970,8   | -95,5  |
| Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no âmbito do SUAS                                    | 68.132,8                           | 3.317,9   | -95,1  |
| Inclusão Produtiva Rural   | 25.300                             | 1.265     | -95  |
| Ações de Proteção Social Básica  | 638.552                            | 31.927,6  | -95  |
| Ações de Proteção Social Especial  | 327.000                            | 16.350    | -95  |
| Apoio à Agricultura Urbana   | 500                                | 25        | -95  |
| Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social | 37.789,5                           | 5.100     | -86,5  |
| Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo                          | 6.880                              | 2.407,6   | -65  |
| Consolidação da Implantação do Sisan (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional)             | 6.505,2                            | 2.296,2   | -64,7  |
| Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional  | 5.035,3                            | 1.846,3   | -63,3  |
| Criança Feliz (Desenvolvimento Integral na Primeira Infância)  | 451.003                            | 225.501,5 | -50  |

\*O Auxílio Gás não constava na proposta de Orçamento de 2022 e foi incluído posteriormente na execução de gastos deste ano  
Fonte: Painel do Orçamento Federal/Siop

# Desafio de restaurar a economia britânica



correio braziliense

Dois meses após a renúncia de Boris Johnson, o Reino Unido tem uma nova chefe de governo.

Elizabeth Truss foi anunciada, ontem, como a sucessora do polêmico Johnson no posto de líder do Partido Conservador britânico, o que significa que será a nova primeiraministra do país, afetado por uma grave crise econômica, próxima à recessão, com forte impacto no aumento do custo de vida dos britânicos, que será seu principal desafio.

"É uma honra", agradeceu Liz Truss, que terá que dobrar a desconfiança da população.

Aos 47 anos, ela será a terceira mulher a ocupar 10 Downing Street, depois das também conservadoras Theresa May (2016- 2019) e Margaret Thatcher (1979-1990), de quem é admiradora declarada e cujos passos anunciou que pretende seguir. Reiterando os compromissos de campanha, Truss promete apresentar, dentro de um mês, "um plano ousado para reduzir os **impostos** e fazer a economia crescer".

A nova premiê venceu por 81.326 votos contra 60.399

para o ex-ministro das Finanças Rishi Sunak, 42 anos, um bilionário ex-executivo do setor bancário e neto de imigrantes indianos.

No primeiro discurso, a nova líder conservadora, que até então era chanceler britânica, prestou homenagem a Boris Johnson por seu trabalho à frente do país desde 2019.

Entre as realizações, ela mencionou a concretização do Brexit, o fato de o reino ter superado a pandemia e o enfrentamento ao presidente russo, Vladimir Putin, após a invasão da Ucrânia.

União Diante da divisão interna agravada pela eleição, Johnson pediu ao Partido Conservador a união ao redor de Truss. "Agora é o momento de que todos os conservadores a apoiem 100%", tuitou. A disputa pela liderança conservadora começou em julho, quando o polêmico premiê foi pressionado pelo próprio partido a renunciar ao cargo.

A votação pelos afiliados ao partido, por correio e pela internet, foi encerrada na sexta- feira, após oito semanas de campanha que Liz Truss descreveu como "a entrevista de emprego mais longa da história".

O resultado, porém, não é necessariamente representativo dos desejos dos 67 milhões de britânicos.

No fim do mês passado, uma pesquisa do instituto YouGov mostrou uma forte rejeição à conservadora.

Para 52% dos entrevistados, Truss seria uma primeira ministra "ruim" ou "péssima".

Além disso, 43% afirmaram não confiar nela "em nada" no momento de responder ao problema do crescente aumento do custo de vida, que domina o debate político há semanas.

## Inflação

O país vive uma das maiores crises econômicas em décadas.

Alimentada por uma escalada de preços da energia induzida pela invasão russa da Ucrânia e o uso do gás como arma política, a **inflação** bateu 10%, o maior nível em 40 anos. A situação motivou greves durante o verão (hemisfério norte) e a expectativa de um outono marcado por protestos.

Nesse cenário de desequilíbrio, a conta da energia para as residências aumentará 80% a partir do mês que vem.

Milhões de famílias enfrentam um doloroso dilema entre comer e aquecer suas residências no inverno. "Vou tratar da crise energética e das contas dos cidadãos, mas também dos problemas a longo prazo que temos no abastecimento de energia", prometeu Truss, em um breve discurso após o anúncio da vitória.

De acordo com a imprensa britânica, a nova primeiraministra estuda um congelamento dos preços da energia.

"Se a nova primeira-ministra não abordar esses problemas de frente, a economia vai mergulhar ainda mais em águas perigosas e as perspectivas para empresas e consumidores serão realmente sombrias", afirmou Sarah Howard, presidente das Câmaras de Comércio Britânicas.

"Sofremos um impacto historicamente enorme no custo de vida e na renda", aponta James Smith, diretor de pesquisa do think tank Resolution Foundation. "A nova primeira-ministra terá que se concentrar na crise atual desde o primeiro dia", acrescenta.

A mudança oficial da chefia do governo acontecerá oficialmente hoje, após o discurso de despedida de Johnson. Em seguida, ele viajará a Balmoral, residência de verão de Elizabeth II na Escócia, 800km ao norte de Londres, para apresentar sua renúncia formal à rainha, que então nomeará oficialmente Liz Truss como sua sucessora.

Pela primeira vez em 70 anos de reinado, Elizabeth II, de 96 anos, não viajará a Londres para a cerimônia por seus crescentes problemas de mobilidade.

A nova premiê retornará então à capital para pronunciar seu primeiro discurso diante da famosa porta do número 10 de Downing Street e iniciará a formação do gabinete.

Amanhã, Liz Truss deve presidir seu primeiro conselho de ministros e enfrentará no Parlamento o líder da oposição, Keir Starmer, que depois de felicitar Liz Truss afirmou que ela "não está ao lado dos trabalhadores".

Para saber mais

Inspiração em Thatcher

Grande admiradora da primeira- ministra Margaret

Thatcher, cujas políticas ultraliberais quer repetir, Liz Truss representa a ala mais à direita do Partido Conservador.

"Acredito em um futuro brilhante e melhor para o Reino Unido. Tenho um plano audacioso que fará nossa economia crescer e gerará salários mais altos, mais segurança para as famílias e serviços públicos", afirmou, ao fim da votação.

Durante quase um ano ela foi ministra das Relações Exteriores e, a exemplo da "dama de ferro", mostrou-se firme frente à União Europeia, determinada a modificar unilateralmente o acordo pós-Brexit.

Truss também enfrentou o regime de Pequim por suas violações aos direitos humanos e a Rússia de Vladimir Putin.

A nova premiê chegou a imitar Thatcher posando com um gorro de pele de urso na Praça Vermelha em fevereiro, em uma viagem a Moscou para tentar dissuadir o presidente russo de invadir a Ucrânia.

Sua nomeação para a chancelaria britânica teria sido tanto um escudo quanto um meio para seu antecessor, Boris Johnson, de tentar controlar as ambições desta figura ascendente que agora o substitui em Downing Street.

Antes, ele já havia lhe confiado a pasta de Comércio Exterior, onde Truss se transformou no rosto das negociações comerciais do Reino Unido após o Brexit. Foi toda uma mudança de rumo para a conservadora que defendeu a permanência britânica na União Europeia durante o referendo de 2016, antes de dizer que via grandes oportunidades econômicas no Brexit.

Truss trabalhou para formar novas alianças e concluiu tratados de livre comércio com países como Japão e Austrália, mas não alcançou um grande acordo comercial com Estados Unidos que Londres tanto ambicionava. Ainda assim, algumas de suas declarações e atitudes não parecem ter sido bem recebidas pelo governo de Joe Biden.

Casada e com duas filhas, "Liz não tem medo de dizer o que pensa", destaca sua página na web.

Hesitante ao iniciar sua campanha em agosto, foi adquirindo segurança durante as seis semanas até aparecer confiante em seu comício de encerramento. Ela também foi a primeira mulher ministra britânica da Justiça.

Sofremos um impacto historicamente enorme no custo de vida e na renda. A nova primeiraministra terá que se concentrar na crise atual desde o primeiro dia

James Smith, diretor de pesquisa do think tank  
Resolution Foundation

# Portugal cria auxílio de 125 e limita alta de passagem e aluguel



Ativistas e aposentados protestam em Lisboa contra condições de vida Hugo Correia - 10.dez.21/Reuters

**Giuliana Miranda**

Portugal anunciou, na noite desta segunda-feira (5), um pacote extraordinário de medidas de auxílio à população por conta da **inflação** recorde no país.

Entre as principais ações estão o congelamento de preços do transporte público, limitação do reajuste de aluguéis a 2% e o pagamento de uma prestação única, em outubro, de 125 euros (R\$ 639,7) para todos os não pensionistas que receberem até 2.700 euros (cerca de R\$ 13,8 mil) brutos por mês.

Os pensionistas receberão, por sua vez, uma cota única suplementar, equivalente a 50% do valor da pensão. O governo também já anunciou um reajuste dos valores pagos em 2023, variável conforme a faixa de rendimentos.

As famílias terão um bônus de 50 euros (cerca de R\$ 255) por cada criança ou jovem de -pendente de até 24 anos.

O governo também anunciou que enviará ao Parlamento um projeto para reduzir de 13% para 6% o IVA (imposto sobre valor acrescentado) da eletricidade. Como o Partido Socialista tem maioria absoluta na casa, a aprovação já é certa.

O governo também irá prolongar a redução de taxas e **impostos** sobre os combustíveis.

O lançamento do pacote de medidas foi feito em pronunciamento em rede nacional pelo primeiro-ministro, António Costa, que classificou as medidas como um "fortíssimo apoio para as famílias".

O custo estimado da implementação das ações é de 2,4 bilhões de euros (cerca de R\$ 12,28 bilhões).

"Como consequência da pandemia e da guerra da Rússia, temos vindo a sofrer um brutal aumento da **inflação** que atinge duramente o poder de compra das famílias", justificou o socialista, que salientou que as medidas terão impacto sobre "um largo domínio da classe média".

"[O valor de] 2.700 euros é o dobro do ganho médio mensal em Portugal. O que significa que é uma medida que não se dirige exclusivamente às classes mais vulneráveis, como os 120 euros que já atribuímos", detalhou.

Da esquerda à direita, os demais partidos políticos se queixaram da demora para o anúncio das medidas, lembrando que vários países europeus, como França, Alemanha e a vizinha Espanha, já haviam detalhado suas ações extraordinárias contra a **inflação**.

Vice-presidente do PSD, maior partido da oposição, António Leitão Amaro afirmou que as medidas "vêm tarde". "O governo agiu tarde, pensou na arrecadação de **impostos**, não pôs a família em primeiro lugar!"

"Tarde é melhor do que nunca, pouco é melhor do que nada", ironizou o deputado Rui Tavares, do partido de centro-esquerda Livre. O parlamentar comparou as medidas portuguesas às de outros países na Europa na questão da mobilidade.

"Na Alemanha, eles tiveram um passe nacional de apenas 9 euros por mês e, na Espanha, há transportes públicos que vão ficar gratuitos, em certas cidades, a partir do próximo mês", disse.

O premiê socialista rebateu as críticas, afirmando que foi preciso tempo para calibrar os apoios, para "combinar medidas do curto prazo sem alimentar a espiral inflacionária".

Nesta terça, ministros vão detalhar pontos da implementação do pacote. Proprietários de imóveis terão reduções no imposto de renda.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50026>

# Nova premiê britânica herda crise mais aguda entre potências do G-7



Liz Truss, ex-chanceler de Boris Johnson, foi anunciada ontem como nova primeira-ministra do Reino Unido. Ela venceu a disputa interna do Partido Conservador, tornando-se a terceira mulher a alcançar o cargo. Agora no comando do país, ela terá o desafio de conduzir os britânicos pela pior turbulência dos últimos 40 anos - a crise econômica mais aguda entre as potências do G-7.

Truss, de 47 anos, desbancou o ex-ministro das Finanças de Johnson, Rishi Sunak, que liderou a primeira etapa da disputa, quando votaram apenas os deputados conservadores.

Já na fase aberta, em que 160 mil eleitores poderiam votar, ela teve 57,4% dos votos. "Fiz campanha como conservadora e vou governar como conservadora", afirmou a premiê, que prometeu cortar **impostos** e baratear a energia.

Hoje, Truss tem um encontro marcado com a rainha Elizabeth II no castelo de Balmoral, na Escócia, onde a monarca passa as férias de verão - e de onde não deve sair em função de dificuldades motoras.

Ontem, Truss comemorou o resultado com aliados, mas a euforia deve dar lugar à realidade dos desafios que o Reino Unido terá pela frente, principalmente o aumento do custo de vida e uma economia à beira da recessão.

**MEDIDAS.** Dos países do G-7 - as sete maiores economias do mundo -, o Reino Unido apresenta a maior taxa de **inflação**.

As contas domésticas de energia dos britânicos estão

nas alturas, a **inflação** chegou a dois dígitos e o Banco da Inglaterra alerta para uma crise prolongada.

Segundo a imprensa britânica, Truss deve anunciar um pacote de ajuda a indivíduos e empresas no valor de 100 bilhões de libras (cerca de R\$ 600 bilhões), que incluiria o congelamento das contas de energia. Fontes do Tesouro britânico disseram que, segundo a proposta, os recursos poderiam ser fornecidos por bancos comerciais, garantidos pelo governo e repassados aos consumidores no longo prazo.

**BREXIT.** Além da crise econômica, impulsionada pela pandemia e pela guerra na Ucrânia, Truss terá de lidar com uma chaga que os conservadores ainda não resolveram: o Brexit - que também teve um impacto profundo na economia britânica.

O Escritório de Responsabilidade Orçamentária, órgão que faz previsões oficiais, estima que o Brexit deixará o **PIB** do Reino Unido 4% menor do que ele estaria se o país permanecesse na União Europeia - pouco mais da metade desse prejuízo sequer ocorreu. Esse nível de declínio representaria perdas em produção de 100 bilhões de libras ao ano - curiosamente o valor do pacote que Truss pretende anunciar.

Mas o Brexit também tem um nó político que os conservadores não conseguiram desatar: a questão irlandesa. Com a saída da UE, a única fronteira terrestre entre Reino Unido e Europa está entre Irlanda e Irlanda do Norte. E isso é um problema porque, em tese, os norte- irlandeses teriam de voltar a viver sob as regras britânicas.

**ACORDO.** No entanto, o Acordo de Sexta-Feira Santa, assinado em 1998, que encerrou o período turbulento de violência sectária na Irlanda do Norte, exige que não haja mais postos de fronteira - o que era fácil quando Reino Unido e UE compartilhavam regras comuns. Além disso, após décadas de integração, as economias das duas Irlandas tornaram-se interdependentes e controles alfandegários significariam subir um degrau a mais no desastre.

Para contornar o problema, Johnson aceitou manter a Irlanda do Norte no mercado europeu.

Truss quer violar o acordo.

A UE ameaça retaliar. Ontem, Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, pediu que ela respeite o que foi assinado. Uma guerra comercial com o outro lado do Canal da Mancha é a última coisa que a nova premiê precisa. | AP, NYT e WP

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Estados falam em "profundo" problema com orçamento de 2023

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

O presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Décio Padilha, afirma que os Estados terão um "profundo" problema de despesa a descoberto no começo de 2023. Ao Estadão, Padilha adverte que a aprovação da lei que criou o piso nacional de enfermagem agrava o quadro fiscal para o financiamento das políticas públicas nos próximos anos.

Secretário de Fazenda de Pernambuco, o presidente do Comsefaz diz que o quadro hoje é de desequilíbrio do chamado pacto federativo, em razão do aumento das despesas na contramão da redução das receitas.

"Um problema para aumento desse desequilíbrio é se criar pisos de categorias sem dizer de onde virá a fonte de recursos", critica o secretário.

O pacto federativo representa um conjunto de regras previstas na Constituição de 1988 que determina as obrigações, as leis, a arrecadação de recursos e os campos de atuação da União, dos Estados e dos municípios.

Por exemplo, o pacto define como os **tributos** arrecadados pela União serão distribuídos entre os três níveis de governo.

Padilha destaca dados do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) que indicam um impacto de R\$ 27,3 bilhões aos Estados, Distrito Federal e municípios com o novo piso. O levantamento do custo considera o gasto envolvendo todos os profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde em serviços que estão sob gestão municipal e estadual.

CARTA.

Os números foram encaminhados pelo presidente do Conass, Nésio Fernandes, em carta ao ministro da Economia, Paulo Guedes, com cópia para o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. No documento, os Estados cobram do Ministério da Economia que aponte a fonte de recursos a ser utilizada para arcar com essa nova despesa.

Ainda no texto, o presidente do Conass cita que os

Estados aplicaram em ações e serviços públicos em saúde 13,6%, em média, de sua arrecadação em 2021, o correspondente a R\$ 84,7 bilhões, sendo R\$ 11,4 bilhões acima do mínimo constitucional.

Já os municípios aplicaram uma média de 22,9% da sua arrecadação, totalizando R\$ 116,6 bilhões - R\$ 40 bilhões acima do mínimo constitucional.

"De onde virá o recurso para suportar? Ninguém é contra o piso, mas é preciso que o Congresso diga de onde vem a receita quando criar uma despesa", critica o presidente do Comsefaz. "Já tem piso de fisioterapia, e não para mais."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Com desaceleração suave, XP sobe PIB para 2,8%

*Anais Fernandes e Victor Rezende De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323?page=1&section=1)

# Rejeição fulmina proposta de nova Constituição no Chile (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323?page=6&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323?page=6&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323?page=6&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323?page=6&section=2)

# Mundo desglobalizado será inflacionário (Artigo)

***Rana Foroohar***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323?page=6&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323?page=6&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323?page=6&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323?page=6&section=2)

# Expectativas de inflação para 2024 e o juro

*Análise Alex Ribeiro De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323)

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323)

# Como retomar o crescimento do PIB - RAUL VELLOSO

## RAUL VELLOSO

O governo está eufórico com o resultado aparentemente superfavorável para o crescimento do **PIB** divulgado há pouco, na comparação do segundo contra o primeiro trimestre deste ano: 1,2% a mais...

Em paralelo, as autoridades deixaram transparecer a esperança de fechar no azul as contas primárias (isto é, sem considerar verbas de natureza financeira) este ano, após um longo período de resultados negativos. Até julho, houve um expressivo superavit primário de R\$ 73 bilhões, exatamente do mesmo valor absoluto observado em 2021, onde se registrara um deficit... Em resumo, e a depender da euforia na Fazenda e dos seus aliados no mercado financeiro, há uma tendência à previsão de saldos primários positivos até fechar o ano, seguindo-se saldos positivos e crescentes de 2023 em diante, sob a gestão atual. E tudo estará salvo...

Outros fatores apregoados como favoráveis para a atual gestão são a queda recente do preço interno dos combustíveis, que a autoridade máxima finalmente conseguiu impor, para ajudar no combate à **inflação** e na maior satisfação dos consumidores. (É fato que haverá os momentos quando, subindo os preços externos, será preciso fazer o contrário, com base na regra do alinhamento às tendências de médio prazo desses preços, e nem sempre o governo se mobilizará para isso, deixando um passivo de reajustes internos a acertar posteriormente) Já entre os fatores que poderão complicar as coisas, ao mesmo tempo em que pavimentam a rota da eventual reeleição de Bolsonaro, se situam a implementação dos novos benefícios introduzidos pela Pec Kamikaze, medida temporária que custará R\$ 41,2 bilhões aos cofres federais até o final do ano, e que foi caracterizada como emergencial para fugir da obediência ao teto de gastos (este já quase sem "telhas"...), na presença de investimentos públicos quase zerados. (Registre-se que a dupla Bolsonaro-Guedes acaba de anunciar que prorrogará a citada emergência, a fim de manter os benefícios nela inseridos, especialmente os R\$ 600 do Auxílio, para os quais nem orçamento existe em 2023) Outras pressões por maiores gastos prometidos que estão no ar e de que a atual administração vem tentando fugir, e que poderão atrapalhar os planos de sucesso, são o reajuste salarial prometido aos servidores; a correção da tabela do IR; e também os

gastos expressivos associados à PEC dos Precatórios, que a Fazenda vem empurrando com a barriga, mas que logo terão de ser enfrentados.

Passando à evolução recente do **PIB**, se calcularmos as taxas de crescimento para os últimos 12 meses (isto é, em comparação com a soma dos 12 meses precedentes), vê-se que essa taxa vem por último subindo sistematicamente, desde 0,5% em janeiro, e gradativamente para 3,1% em junho, parecendo que o País se situa finalmente sobre uma trajetória firme de recuperação a taxas razoavelmente elevadas. Daí o atual governo ter incorporado, com alarde, mais esse ingrediente na sua cesta de realizações positivas em favor da reeleição (ou será "fake news"?).

## Sem garantia

O problema é que o simples aparecimento de taxas nessa dimensão e nesse tipo de comparação por poucos meses não é qualquer garantia de que a economia esteja em uma rota firme de retomada duradoura, quando prevalecem condições desfavoráveis como as acima citadas. Para comprovar, basta, primeiro, colocar esse tipo de cálculo da evolução do **PIB** em um gráfico do crescimento mensal dessa variável conforme apurado pelo Banco Central, como fiz e ofereço a quem quiser receber por e-mail (raulveloso45@gmail.com), onde se vê, para as duas últimas décadas, que, o crescimento médio do **PIB** de janeiro de 2004 ao mesmo mês de 2014, que se situava em torno de 4% ao ano, desabou para a média de -0,4% dali até junho último, sendo parte dessa última apuração os números louvados pelo governo.

O diagnóstico correto para esse problema é velho conhecido de quem atua na área: sem crescimento adequado do investimento em infraestrutura não haverá crescimento minimamente razoável do **PIB**. E se o setor privado não se sentir estimulado a investir mais (a exemplo do que tem ocorrido desde o final dos anos 80), a única saída a curto prazo é aumentar fortemente o investimento público. Só que aí esbarramos na crise fiscal acima referida, onde o forte crescimento do gasto previdenciário em todas as esferas de governo tem levado à virtual zeragem do espaço para investir: dos anos 1980 para agora, e medido em % do **PIB**, o investimento público desabou sete vezes! Só que esse não parece ser o diagnóstico

nem o modelo nas mentes do atual governo.

Para concluir, o que mais se vê hoje em dia é propaganda oficial magnificando os indícios de retomada do crescimento do **PIB**, na presença de contas públicas apenas aparentemente ajustadas, combinados com combustível artificialmente mais barato, deixando fortes dúvidas sobre as chances de sucesso da estratégia oficial em curso. O literal abandono do teto de gastos sem uma nova âncora fiscal focada no controle de gastos, ou sem um posicionamento firme contrário e devidamente justificado a qualquer âncora, e com investimentos públicos em infraestrutura no fundo do poço, completam o quadro de baixa compatibilidade da situação atual com a citada retomada.

**Notícias Relacionadas:**

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG  
Como retomar o crescimento do **PIB**

# Nas mãos do eleitor, o destino da Amazônia e o futuro do Brasil (Artigo)

**MARIANA MOTA - Bióloga e mestre em ecologia, é coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace, atua em redes da sociedade civil e com incidência em instâncias do poder**

Não é de hoje que governar a maior floresta tropical do mundo é um grande desafio.

Tal missão requer legislação robusta, instituições eficientes, cooperação federativa, capacidade operacional do Estado - com recursos humanos e financeiros, e, sobretudo, muita vontade. Aquela vontade traduzida de forma sutil como a causa poderosa que ecoa nas ações mais perceptíveis da governança e que gera transformação dos problemas públicos. Até para enxergar tais problemas há que ter vontade. Algo que o atual governo de Jair Bolsonaro se orgulha de não ter. Isso posto, este será um ano decisivo e o eleitor terá condições mais concretas de expressar o que se quer para a Amazônia.

O Estado existe para cumprir as legítimas necessidades dos cidadãos, implementando direitos, como a proteção constitucional do meio ambiente.

Para isso, governos eleitos devem se valer de políticas públicas que assumem forma de normativos, programas, orçamentos e assim por diante.

A decisão de negar aquilo que ameaça o interesse público, dismantelar o que está em curso ou ser leniente com ilegalidades, passa pelo descumprimento do dever de Estado e pelo avanço de um projeto doloso a fim de beneficiar fortes interesses individuais ou privados. Não há vácuo. Alguém ganha enquanto a coletividade perde.

A ciência prova que o desmatamento gera impactos irreversíveis. Além de armazenar carbono, pela localização e tamanho, a Amazônia é fundamental para o regime das chuvas - o vapor d'água da floresta chega por massas de ar ao Sudeste e Sul do país. Os rios voadores abastecem reservatórios hídricos para geração de eletricidade, irrigação agrícola e fontes de água potável. Menos floresta gera problemas sociais como falta de água e aumento do preço da energia nas regiões mais populosas do país; leva, ainda, a eventos climáticos extremos - como secas prolongadas que afetam a produção agrícola ou chuvas intensas que provocam alagamentos e

deslizamentos em áreas de risco. Problemas que fazem das famílias mais vulneráveis as maiores vítimas.

Assim como a fome, dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) mostram que três em cada 10 habitantes do Brasil enfrentaram insegurança alimentar de 2019 a 2021. A perda de florestas e seus efeitos no clima explicam parte desse problema: secas prolongadas e mais frequentes nas regiões de cultivo, diminuem a oferta de alimentos e favorecem a subida de preços. É ainda mais revoltante que as famílias brasileiras passem fome enquanto a exportação de produtos do agronegócio decola, com alta de 34% de janeiro a abril deste ano, segundo o Ipea. Puxada pela demanda global de commodities e dólar alto, o agronegócio - dos segmentos mais subsidiados no país - lucra exportando ao passo que diminui a oferta aos brasileiros. Isso se agrava na medida em que a agricultura familiar, de incontestável valor para o abastecimento interno, sofre com o abandono de suas principais políticas públicas.

A falta de governo permite que a agropecuária de viés predatório, o garimpo, o roubo de madeira e a grilagem de terras públicas, tomem o controle da Amazônia. Criminosos ameaçam comunidades tradicionais e povos indígenas com violência e invasões de seus territórios - essenciais para a existência de seus saberes e fazeres. Segundo dados do INPE, a taxa de desmatamento da Amazônia teve aumento de 76% de 2018 a 2021. Enquanto nega o problema, o atual governo ataca políticas que funcionaram para reduzir o desmatamento em cerca de 80% entre 2004 e 2012, como o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAM) e o Fundo Amazônia, parado com cerca de R\$ 3 bilhões em doações internacionais desde 2019.

Sem floresta não há solução à fome, **inflação**, violência e demais problemas que batem à porta dos brasileiros. É preciso dar o recado nas urnas - ao atual governo e aos próximos - que a falta de vontade para salvar as florestas não será tolerada.

O Brasil precisa eleger um projeto de desenvolvimento econômico que leve em conta o meio ambiente como ativo e que tenha espaço democrático com participação e transparência para que a sociedade



cobre todos os dias. Este ano, o eleitor será o principal tomador de decisão do país. E é esse poder do voto que ditará os caminhos que nos levem à esperança da salvação da Amazônia e de todos nós.

# Endividamento atinge novo recorde

**DANIELA AMORIM VINICIUS NEDER RIO**

O número de brasileiros endividados atingiu novo recorde em agosto, passando de 78% para 79% do total de famílias no País, segundo pesquisa divulgada ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Há um ano, esse número era de 72,9%.

Da mesma forma, aumentou o percentual de inadimplentes (aqueles que têm contas em atraso) - de 29% para 29,6% (ante 25,6% em agosto de 2021), também o pior patamar da sondagem, iniciada em 2010.

Esses resultados aparecem num momento de **inflação** ainda próxima de dois dígitos e de alta de juros, o que compromete o orçamento do brasileiro e, segundo especialistas, pode afetar a trajetória de retomada da economia depois do impacto da covid-19.

"Principalmente depois dos dados do último **PIB** (referentes ao 2.º trimestre), sabemos que o crédito tem sido uma via relevante para dar suporte ao consumo, tanto que o endividamento vem crescendo desde o ano passado", disse Ízis Janote Ferreira, economista da CNC.

Ela ressalta que o alto endividamento pode comprometer a capacidade de consumo, principalmente, no ano que vem.

"Chega uma hora que esgota." Num ciclo virtuoso de emprego e renda, o crescimento do endividamento não representaria, necessariamente, um problema. Ao contrário, poderia significar mais consumo, especialmente de bens duráveis como carros e eletrodomésticos, cujas vendas costumam ser parceladas pelos consumidores.

O preocupante no cenário atual é que o mercado de trabalho tem até gerado empregos, mas com salários menores.

Segundo Ízis, a pesquisa tem mostrado que o aumento do endividamento foi uma das formas encontradas pelo consumidor para tentar manter as despesas correntes. Isso aparece, por exemplo, quando se considera o prazo médio de novos financiamentos. Há um ano, esse número equivalia a 7,3 meses. Pela pesquisa de agosto passado, caiu para 6,8 meses, o que indicaria crescimento maior nas modalidades de empréstimo de curto prazo.

"Não é crédito pessoal ou para comprar bem. É crédito de prazo curto, no cartão e no carnê de loja, para suportar o consumo de itens mais básicos, não duráveis, do orçamento do dia a dia. Não é para trocar de carro nem para comprar eletrodoméstico", afirmou ela.

Para Gilberto Braga, professor de finanças do Ibmec, a elevação do Auxílio Brasil para R\$ 600 deverá aliviar as finanças das famílias mais pobres até o fim do ano. O movimento de esgotamento tenderá a ficar mais para 2023. "Vamos ter de esperar para ver como ficará o Auxílio Brasil no ano que vem.

O mercado de trabalho tem tendência de melhora."

Inadimplência

29,6% foi o percentual de famílias no País já com algum tipo de conta em atraso em agosto passado, de acordo com pesquisa da CNC, patamar recorde. Há um ano, número era de 25,6%

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Portugal lança pacote de medidas para conter inflação

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# BRB reforça parcerias após lucro no 2º tri

**Álvaro Campos De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323)

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187323](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187323)